



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias (CCA)

Bacharelado em Ciências Contábeis

Karla Marques Barbosa

ANÁLISE DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE UMA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL

Brasília

2015

Karla Marques Barbosa

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis

Professora Doutora Diana Vaz de Lima
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Doutor Marcelo Driemeyer Wilbert
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – noturno

ANÁLISE DA ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS DE UMA EMPRESA PÚBLICA FEDERAL

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias da Universidade de Brasília, como requisito parcial à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e consequente obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Guerra

Brasília

2015

BARBOSA, Karla Marques.

Análise da elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de uma empresa pública federal/Karla Marques Barbosa – 2015. 36f.

Orientação: Prof^a. Dra. Mariana Guerra

Monografia – Ciências Contábeis – Brasília, Universidade de Brasília, 2015.

Palavras-chave: Contabilidade pública e privada. Demonstrações. Normativos. Convergências.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar a vida, me permitir aproveitar as oportunidades que tive, me abençoar e dar forças para seguir e chegar até aqui.

À minha família, que sempre acreditaram em mim, estiveram ao meu lado nos bons e maus momentos, me incentivaram e apoiaram em tudo, especialmente minha mãe, que é meu exemplo de vida, meu pai e meu esposo.

À professora Mariana Guerra, pela imensa paciência e compreensão que teve, por não desistir, e por sempre ter me orientado com tanta dedicação e atenção.

E a todos que de alguma forma colaboraram para minha evolução em algum momento da minha vida.

“A grande conquista é o resultado de pequenas vitórias que passam despercebidas”.

(Paulo Coelho)

RESUMO

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa que trata da construção e exploração de infraestrutura ferroviária, e por ser uma empresa pública federal, sob a forma de sociedade por ações enquadra-se nos diversos normativos referentes à contabilidade pública e privada. Possui, portanto certa complexidade nas exigências da elaboração e divulgação das suas demonstrações contábeis. Nesse sentido, o presente trabalho teve como foco analisar as informações apresentadas pela VALEC para avaliar a sua aderência quanto aos normativos pertinentes a seu enquadramento. Para tanto, selecionaram-se as seguintes demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa, dos anos de 2013 e 2014. Ainda para a realização da análise em questão utilizou-se como base os seguintes normativos: os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras, *International Financial Reporting Standards* (IFRSs), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as práticas adotadas no Brasil, *Brazilian's Generally Accepted Accounting Principles* (BR GAAP), as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a Leis 6.404/76 (e suas alterações) e a Lei 4.320/64, levando em consideração suas mudanças ocorridas recentemente, trazidas pela convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público às Normas Internacionais (IPSAS), emitidas pelo *International Public Setor Accounting Standards Board* (IPSASB), da *International Federation of Accountings* (IFAC). Os resultados mostraram que a empresa não atende adequadamente aos normativos e orientações expedidos pela contabilidade pública, deixando de atender também em alguns aspectos as orientações dos pronunciamentos da contabilidade privada.

Palavras-chave: Contabilidade pública e privada. Demonstrações. Normativos. Convergências.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 A Contabilidade e os usuários da informação.....	10
2.2 Processo de convergência às Normas Internacionais no Brasil	11
2.3 Contabilidade pública e privada	14
2.4 Os resultados encontrados por Ribeiro (2014)	17
3. METODOLOGIA DE PESQUISA	19
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	21
4.1 Análise do Balanço Patrimonial	21
4.2 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício	25
4.3 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	28
4.4 Demonstrações da Contabilidade Pública.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma prática antiga que evoluiu ao longo do tempo. O objetivo principal é fornecer aos seus usuários informações para que eles possam se subsidiar na tomada de decisão e também auxiliar na gestão do patrimônio, ou de uma forma mais completa é satisfazer as necessidades dos principais grupos de usuário. Para que se alcance com sucesso esse objetivo, é necessário que as informações tenham características qualitativas que as tornem confiável, além de serem claras e compreensivas.

A VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. é uma empresa pública federal, sociedade anônima de capital fechado, sob a forma de sociedades por ações, vinculada ao Ministério dos Transportes, possui apenas ações ordinárias, cujo a União é detentora de 100% de suas ações, portanto controla a empresa. Sua função é a construção e exploração de infraestrutura ferroviária, além de ser concessionária de serviço público e paralelamente ao objeto social, realiza a função estratégica de promover o desenvolvimento sustentável, reduzir as desigualdades sociais, de gerar empregos e divisas ao país.

Mesmo sendo uma empresa pública a VALEC, é regida pelo regime jurídico das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributárias. A empresa possui uma especificidade devido ao fato de ser empresa pública e ao mesmo tempo ser constituída na forma de sociedade por ações, o que faz com que a empresa de certa forma tenha a obrigação de atender legislações distintas, levando em consideração que se enquadra de modo geral nos normativos da contabilidade pública e contabilidade privada. Isso traz uma maior complexidade para empresa na elaboração e divulgação de suas informações contábeis já que esses normativos possuem diferenças significativas entre si. É relevante citar que com a adoção da convergência internacional na contabilidade pública essas diferenças foram reduzidas, porém ainda existem divergências significativas entre elas.

Pelos fatos abordados acima, sobre a especificidade que possui a VALEC e a importância da contabilidade para os seus usuários, percebe-se que é bastante interessante que se faça uma análise na contabilidade da empresa em questão, principalmente por ser uma empresa pública, e assim está sujeita ao controle social, que é o controle exercido pela sociedade, já que seu capital é totalmente formado com dinheiro da União, portanto, dinheiro público, por isso devendo prestar contas aos usuários de como estão sendo aplicados e geridos tais recursos.

Enfim, pela a empresa estar norteada por diferentes leis, no que se refere a sua contabilidade, pelo fato da mesma ser uma empresa estatal e ao mesmo tempo sociedade por ações, o presente trabalho teve como foco responder o seguinte problema: *a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras da VALEC atende todos os normativos que deveria atender? Está de acordo com a legislação da contabilidade pública e da contabilidade privada?*

Para responder ao questionamento levantado foi feita uma análise nas demonstrações, elaboradas e divulgadas pela VALEC. Além disso, os resultados dessa análise foram comparados com os de Ribeiro (2014), a fim de identificar modificações (evoluções, melhorias etc.) na divulgação das demonstrações da VALEC.

Este trabalho será estruturado em cinco seções, estando inclusa esta introdução. Na segunda seção seguirá o referencial teórico, que abordará os seguintes temas: a contabilidade e os seus usuários, objetivo, a adoção das normas internacionais no Brasil, tanto da contabilidade privada como da contabilidade pública. Seguindo, a terceira seção, onde se apresenta a metodologia do trabalho, mostrando como foi realizada a coleta dos dados, bem como a análise desses dados. Na quarta seção, a análise dos resultados - nessa parte há a apresentação dos dados e a análise de fato a partir dos mesmos. Por último, a quinta seção, que é a conclusão do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Contabilidade e os usuários da informação

O objetivo da Contabilidade é prestar informação aos usuários, sejam internos ou externos à entidade (SILVA; RODRIGUES, 2013), quanto à posição patrimonial e financeira da entidade e também apresentar os resultados da atuação da administração no que diz respeito a gestão da entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que foram confiados.

De acordo com Iudícibus *et al.* (2010, p. 35), as demonstrações contábeis não atendem a todas as necessidades informacionais. Isso porque cada usuário pode demandar informações diferentes. Os usuários internos, de maneira geral, utilizam as informações contábeis para a tomada de decisão interna, ou seja, nos negócios da entidade (Contabilidade Gerencial), já os usuários externos geralmente utilizam as informações para avaliar os seus investimentos, e também para a tomada de decisão sobre os mesmos (Contabilidade Financeira) (FREZATTI; AGUIAR; GUERREIRO, 2007).

Dentre os usuários interno, destacam-se alguns: os administradores e os empregados. Os administradores possuem uma grande influência na Contabilidade uma vez que decidem como e quando investir, comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais. Já o interesse dos empregados é no crescimento da empresa e na sua continuidade, pelo motivo de se preocuparem com a capacidade da empresa para pagar-lhes e proporciona-lhes maiores benefícios (RODRIGUES, 2014, p. 186).

Como usuários externos, destacam-se os investidores, credores em geral, clientes, sociedade e governos (reguladores). Os investidores têm a preocupação com os riscos e retornos de investir seu capital, e as informações que necessitam são para que tomem a decisão correta. Os credores estão interessados nas informações que mostrem se as importâncias que lhes se são devidas serão pagas em dia – esse interesse é tanto dos credores por empréstimos como dos credores comerciais e fornecedores, com a diferença de que os credores por empréstimos estão interessados num período maior. Os clientes têm o interesse na continuidade da empresa, assim como os empregados (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

O governo, também usuário da informação, exerce maior influência na Contabilidade, pois além de ser um regulador também é fiscalizador. Por essa razão, demanda da informação contábil sobre a arrecadação de tributos, tarifas de serviços, dentre outros assuntos (SILVA;

RODRIGUES, 2013). Por fim, o interesse da sociedade, de forma geral, está nas informações que mostrem a evolução do desempenho das entidades e seus desenvolvimentos recentes, em especial das entidades e órgãos públicos (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010). Esse interesse da sociedade é o chamado controle social, ou seja, a atuação dos cidadãos para fazer ser respeitados seus direitos e deveres (EVANGELISTA, 2013).

A contabilidade pública é a ferramenta de controle social, já que é peça fundamental para a sociedade que haja transparência das contas públicas (EVANGELISTA, 2013). Por isso, se infere que a participação popular na administração pública deve ser estimulada, para isso fornecendo aos cidadãos informações que sejam relevantes e disponíveis por meio de uma linguagem acessível, clara e objetiva. Ainda é interessante ressaltar que a missão básica da contabilidade é comunicar, por isso ela deve ser a instrumentalização do controle social (AUGUSTINHO, 2013).

Devido à importância que o controle social tem, e o papel fundamental da contabilidade para a existência do mesmo, o processo de convergência visa modernizar os procedimentos contábeis, possibilitando a geração de informações úteis para o apoio à tomada de decisão e ao processo de prestação de contas e controle social (TESOURO NACIONAL, 2013).

2.2 Processo de convergência às Normas Internacionais no Brasil

Pela iniciativa de diversos países a contabilidade está passando por um processo de convergência, e aqui no Brasil, o primeiro passo dado foi a criação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) do comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem como atribuição elaborar pronunciamentos contábeis brasileiros levando sempre em consideração as normas internacionais, visando à convergência do padrão contábil brasileiro para o padrão internacional (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012).

Considera-se que este processo teve seu marco legal a partir das alterações na lei das Sociedades por ações, n°. 6.404/76, promovidas pelas leis 11.638/07 e 11.941/09, isso no que se refere à contabilidade privada (FREIRE, *et al.*, 2012). Essas alterações modernizaram a contabilidade, passando a exigir que as empresas brasileiras utilizassem pronunciamentos contábeis baseados nas normas internacionais de contabilidade (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012). Uma vez que alteraram dispositivos da Lei 6.404/76, passou-se a exigir que a contabilidade incorporasse procedimentos e regras contábeis contidos nas normas

internacionais de contabilidade IAS/IFRS (*International Accounting Standard/ International Financial Reporting Standard*), emanadas do IASB (*International Accounting Standards Board*) (FRAGOSO *et al.*, 2012).

O IASB é o organismo que elabora as normas internacionais de contabilidade, usadas por diversos países. Niyama e Silva (2010, p. 35) falam sobre o IASB, eles dizem que:

O IASB é um órgão independente, do setor privado, para o estudo de padrões contábeis, com sede em Londres, Reino Unido. É formado por um Conselho de Membros, constituído por representantes de mais de 140 entidades de classe de todo o mundo, inclusive do Brasil, representado pelo Ibracon e pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Assim a convergência visa reduzir as divergências contábeis entre os países, buscando respeitar e atender as necessidades e especificidades de cada país, a fim de padronizar os procedimentos contábeis adotados. Essa convergência de certa forma é imposta pela internacionalização dos mercados, pois alcançando o padrão nos procedimentos os usuários terão mais confiança para decidir a tomada de decisão (MAPURUNGA; MENESES; PETER, 2011).

Na contabilidade pública, a Constituição Federal (CF) da República do Brasil de 1988 já trazia artigos que direcionavam de certa forma a contabilidade, tratando sobre orçamento público, bem como suas diretrizes e planejamento de longo prazo, com o objetivo de orientar o gestor público quanto à administração dos recursos públicos, que seriam através da Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Plano Plurianual (PPA) (MACÊDO; KLANN, 2014). A CF abrangeu o disposto na Lei 4.320/64, que instituiu normas gerais de direito financeiro, passando esta lei ser a base da contabilidade pública. Outro marco para a contabilidade pública, também recepcionada na Carta Magna, foi a edição da Lei nº. 101/2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que dispõe sobre finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal (LIMA; CASTRO, 2012). As evoluções apresentadas acima, sobre as normas de contabilidade pública, parecem não ter sido suficientes, e as crescentes exigências da sociedade fizeram com que o cenário de edição de normas de contabilidade no setor público se desse no mesmo ritmo e padrões que o das normas da contabilidade privada (MACÊDO; KLANN, 2014).

Assim, é possível afirmar que, no Brasil, a contabilidade parece ter uma divisão em pública e privada, tendo regras específicas para cada uma. Mas, com a busca pela convergência de ambas, acontece uma aproximação entre elas (CASTRO, 2013). Sobre a contabilidade pública um dos maiores feitos em busca da padronização foi a implementação

das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público (NBCASP) e a interpretação dos princípios contábeis sob a perspectiva do setor público, feito através Resolução CFC nº 1.111/07 (CASTRO, 2013).

No âmbito do setor público, as Normas Internacionais de Contabilidade foram elaboradas pela Federação Internacional de Contadores (*International Federation of Accountants - IFAC*), essas normas são as chamadas IPSAS (Normas Internacionais de Contabilidade Pública), que segundo Castro (2013, p.110)

“[...] De modo geral, [...] buscam a convergência dos critérios de reconhecimento de receitas e despesas, ativos e passivos, bem como da forma de evidenciação da situação financeira, resultados do exercício, mutações da posição financeira e mutações no patrimônio líquido no âmbito do setor público”

Sobre o IFAC, o CFC nas Normas Internacionais de Contabilidade Pública diz:

A International Federation of Accountants (IFAC) é a organização global para a profissão contábil. Fundada em 1977, sua missão é servir ao interesse público, fortalecer a profissão contábil ao redor do mundo e contribuir ao desenvolvimento de economias internacionais fortes pelo estabelecimento e pela promoção da adesão a normas profissionais de alta qualidade, estimulando a convergência internacional dessas normas, e pronunciando-se sobre temas de interesse público onde o conhecimento especializado da profissão tem alto grau de relevância (CFC, 2012).

O Brasil adotou parcialmente as normas internacionais, estando ainda em processo de convergência (FRAGOSO *et al*, 2012). Na contabilidade privada após a adoção das convergências seguem-se as IFRS, já na contabilidade pública seguem-se as IPSAS, que são elaboradas a partir das IFRS (TESOURO NACIONAL, 2013).

Um dos motivos principais para esta modernização da contabilidade do setor público é a mudança do foco contábil, que passará de centrado no controle orçamentário para uma contabilidade com enfoque patrimonial (DARÓS; PEREIRA, 2009) - devido a isso acontece uma aproximação entre a contabilidade privada e a pública.

Finalizando, apresenta-se o Quadro 1, que lista algumas mudanças trazidas pela convergência, assim evidenciando os aspectos que promovem a proximidade entre a Contabilidades Pública e Privada.

Quadro 1: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

NORMAS	ASSUNTO	COMPARADAS	RESOLUÇÃO
NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação	Introduz o conceito de unidade contábil caracterizado pela soma, agregação ou divisão de patrimônio de uma ou mais entidades.	IPAS 1 e 18	CFC nº 1.128/08
NBC T 16.2 - Patrimônio e Sistemas Contábeis	Constata a implantação do sistema de custos.	IPAS 7	CFC nº 1.129/08
NBC T 16.3 - Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	Verifica a divulgação dos planos hierarquicamente interligados por meio do PPA e LDO.	IPAS 24	CFC nº 1.130/08
NBC T 16.4 - Transações no Setor Público	Caracteriza as transações no Setor Público que promovem alterações no patrimônio das entidades Públicas.	IPAS 9	CFC nº 1.131/08
NBC T 16.5 - Registro Contábil	Diz que as transações no Setor Público devem ser reconhecidas e registradas no momento em que ocorrerem.	IPAS 17	CFC nº 1.132/08
NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis	Introduz a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico.	IPAS 1, 2, 18 e 19	CFC nº 1.133/08
NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis	Destaca que os ajustes e eliminações devem ser realizados em documentos auxiliares, não originando nenhum tipo de lançamento na escrituração das entidades.	IPAS 6,7 e 27	CFC nº 1.134/08
NBC T 16.8 - Controle Interno	Constata ou não a existência de um controle interno.	IPAS 19	CFC nº 1.135/08
NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão	Divulgação para cada classe de imobilizado da Depreciação, Amortização e Exaustão.	IPAS 17 e 26	CFC nº 1.136/08
NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	Insere a conta Intangível por parte dos órgãos, avaliação e mensuração das disponibilidades; avaliação e mensuração dos direitos títulos de crédito e obrigações.	IPAS 7, 8, 12, 17, 19, 21 e 26	CFC nº 1.137/08
NBC T 16.11 - Subsistema de Informações de Custos no Setor Público	Estabelece a conceituação, objetivo e as regras para a mensuração e evidenciação dos custos no Setor Público, apresentando ainda o Subsistema de Informação de Custos no Setor Público (SICSP).		CFC nº 1.366/11

Fonte: Adaptado de FRAGOSO *et al* (2012).

2.3 Contabilidade pública e privada

A Contabilidade Pública é responsável pelo registro de um volume significativo de transações dentro de um país, e diverge em vários aspectos da Contabilidade Financeira (Privada). Algumas razões para essas diferenças são: as características da entidade (governo), dos serviços prestados, do processo administrativo do governo, o volume expressivo de investimentos em ativos que não produzem receita, o uso das informações contábeis e os usuários das informações contábeis (NYAMA; SILVA, 2011).

De forma geral, o objeto da Contabilidade em si é o patrimônio. Na Contabilidade Financeira (Privada) é o patrimônio da entidade. Na Contabilidade Pública, o objeto é o patrimônio público, entendendo este como o conjunto de bens e direitos onerados pelas obrigações que o integra e que a entidade governamental utiliza como meio para concretização de seus fins (LIMA; CASTRO, 2012).

Ainda sobre as diferenças entre a Contabilidade Pública e Financeira (Privada), ressalta-se os usuários da informação. O usuário final da Contabilidade Pública são os cidadãos, que têm o interesse de verificar a qualidade da administração pública (NYAMA; SILVA, 2011). Segundo Castro (2013, p.343), “(...) uma sociedade vigilante e participativa – com ação focada no coletivo – contribuirá para melhorar a qualidade da administração pública, o respeito do administrador e a redução da corrupção no país”.

Outra diferença é sobre o tratamento das receitas e despesas. Enquanto na Contabilidade Financeira (Privada) as receitas e despesas, de um modo geral, são reconhecidas pelo regime de competência (ANDRADE; CARVALHO, 2013), no que tange a entidade pública, conforme diz a Lei 4.320 (17/03/1964), em seu artigo 35: “[p]ertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente empenhadas”.

Em outras palavras, na Contabilidade Pública, utiliza-se o regime misto, em que as receitas são reconhecidas quando acontecem (ou seja, caixa) e as despesas públicas são reconhecidas no seu fato gerador (ou seja, empenho por competência). Decorrente dessa diferenciação tem-se ainda que as demonstrações contábeis obrigatórias para a Contabilidade Pública e Privada são regulamentadas por leis diferentes. Ainda vale ressaltar que a partir a adoção as IPSAS, essa diferença de utilização de diversos regimes, será excluído uma vez que na contabilidade pública será adotado também o regime de competência (ZARTH, 2010).

Enquanto a Contabilidade Pública é regida pela Lei nº 4.320/64, a Contabilidade Privada é regida pela Lei 6.404/76 e suas alterações. De acordo com o art. 101, da Lei nº 4.320/64), as demonstrações exigidas para as entidades públicas são o balanço patrimonial, balanço orçamentário, balanço financeiro, demonstração da variação patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do resultado econômico. Enquanto, conforme a Lei 6.404/76 bem como suas alterações, as demonstrações exigidas para as empresas privadas são balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros e prejuízos acumulados, demonstração do resultado abrangente, demonstração do fluxo de caixa, demonstração das mutações do patrimônio líquido e caso a companhia seja de capital aberto deve apresentar a demonstração do valor adicionado.

É importante ressaltar que os serviços prestados por uma entidade privada e pública são distintos e isso acaba afetando o processo contábil das entidades em questão. Segundo Nyama e Silva (2011, p. 301):

O governo atua em áreas da economia e sociedade como segurança, educação, saúde, entre outras. Além disso, cabe ao governo estruturar e permitir o funcionamento da sociedade de maneira adequada, através da manutenção de uma infraestrutura administrativa e de sistema legal. Em outras palavras, alguns dos serviços prestados formam a base da estrutura da sociedade, o que gera uma necessidade de alocação em certas atividades que irão compor o serviço público.

De uma forma geral, o objetivo da Contabilidade é prestar informações úteis para seus usuários, assim colaborando com a tomada de decisão, porém a Contabilidade Pública tem maior complexidade para alcançar seu objetivo. Lima e Castro (2012, p.3) afirmam que a Contabilidade Pública tem por objetivo:

- .registrar a previsão das receitas e a fixação das despesas constantes dos orçamentos públicos anuais.
- .registrar todos os Ativos (bens e direitos), como os créditos, as aquisições para revenda, os empréstimos concedidos, os financiamentos, os títulos e valores, os estoques, entre outros; e todos os passivos (obrigações), como precatórios, as provisões passivas, o imposto de renda, as contribuições a pagar e outros passivos pertencentes ao ente público;
- .escriturar e efetuar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das receitas e despesas;
- .controlar as operações de crédito, a dívida ativa e as obrigações do ente público;
- .apresentar as variações patrimoniais, ressaltando o valor do patrimônio;
- .fornecer informações aos gerentes públicos e à sociedade em geral sobre o desempenho fiscal dos entes públicos, em particular no que tange ao respeito aos preceitos versando sobre disciplina fiscal agregada;
- .fornecer dados aos entes públicos a contabilidade nacional (estatísticas econômicas do país);
- .disponibilizar informações que auxiliem a medir o desempenho de estruturas e programas de governo.

Por fim, apresenta-se o Quadro 2, em que se mostra de forma mais pontual as diferenças entre a Contabilidade Pública e Privada.

Quadro 2: Principais diferenças entre a Contabilidade Pública e Privada

Aspectos	Contabilidade Pública	Contabilidade Privada
Legislação	Lei nº 4.320/64 e NBCASP	Lei nº 6.404/76 e CPC
Princípios	PFC e Princípios Orçamentários	PFC
Registro	Atos e Fatos Administrativos	Fatos Administrativos
Resultado	Superávit ou déficit de gestão	Lucro ou prejuízo do Exercício
Regime de Escrituração Contábil	Com adoção das Normas Internacionais, Regime de Competência tanto para as receitas quanto para as despesas.	Regime de Competência tanto para as receitas quanto para as despesas.
Demonstrações Financeiras	Balço Patrimonial; Balço Orçamentário; Balço Financeiro; Demonstração das Variações Patrimoniais; Demonstração Fluxo de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico (sendo esta última facultativa, demonstração complementar).	Balço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração dos Fluxos de Caixa; Demonstração do Valor Adicionado e Demonstração do Resultado Abrangente (esta última também é facultativa, uma demonstração complementar).
Sistemas de Escrituração	Sistema Orçamentário; Sistema Financeiro; Sistema Patrimonial e Sistema de Compensação, e a norma NBC T 16.2, traz a criação do Sistema de Custos.	Um só sistema onde são registradas as contas patrimoniais e de resultado.

Fonte: adaptado de Ribeiro (2014).

2.4 Os resultados encontrados por Ribeiro (2014)

Conforme mencionado, a VALEC, por ser constituída sob a forma de Sociedade Anônima e ser uma empresa pública Federal, tem a peculiaridade de sua Contabilidade ser alcançada por diferentes normativos, proporcionadas principalmente pela recente adoção, no Brasil, das normas internacionais no setor público.

Ribeiro (2014) já havia desenvolvido trabalho semelhante ao proposto no presente estudo. A autora objetivou de avaliar a qualidade e aderência da empresa aos normativos pertinentes ao enquadramento da referida entidade, e analisou, para tanto, as seguintes demonstrações da VALEC: o Balço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo de Caixa, todas referentes ao exercício de 2012.

Em seu estudo, Ribeiro (2014) inicialmente realizou a análise no Balço Patrimonial e concluiu que essa demonstração é de modo geral adequada à Lei das S.A.'s e aos CPC's. Porém, afirma que, se tratando do caráter público, a empresa deixa a desejar quanto a não divulgação de informações relevantes para uma empresa estatal. Ainda sobre a análise do Balço Patrimonial, Ribeiro (2014) diz que devido a semelhança trazida pela nova

Contabilidade Pública, a estrutura da demonstração está em conformidade tanto com os normativos da Contabilidade Pública quanto da Contabilidade Privada.

Posteriormente, a autora analisa a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), e que a VALEC não apresenta essa demonstração no formato público, e que as informações apresentadas estão de acordo com a Lei 6.404/76 e suas alterações. Ressalta ainda que a empresa deixa de atender alguns requisitos exigidos pelo CPC's, e isso faz com que a demonstração referida não seja totalmente confiável. A autora aborda também o fato das informações apresentadas não serem suficientes para atender os diferentes tipos de usuários.

Por fim Ribeiro (2014) analisou a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), trazendo a seguinte conclusão: a VALEC atende aos requisitos instruídos pelos normativos, já que segregam a demonstração por atividades operacionais, de investimento e de financiamento, totalizando os resultados líquidos e evidenciando em Notas Explicativas. A autora ressalta que a DFC é apresentada no método indireto e mesmo estando dentro da lei, seria interessante que a empresa apresentasse no método direto já que é um método que aproximaria a demonstração da empresa aos dois ramos a qual ela se insere, ou seja Contabilidade Pública e Privada.

Assim, no presente estudo, para que haja uma possibilidade de comparação dos resultados, identificando evoluções e/ou melhorias na divulgação das demonstrações da VALEC, foi feita uma análise das mesmas demonstrações propostas por Ribeiro (2014), porém do exercício de 2013 e 2014, e no mesmo modelo, levando em consideração as mudanças ocorridas nas Normas de Contabilidade, especificamente nas normas de Contabilidade Pública.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa é descritiva e foi realizada por meio de um estudo de caso qualitativo. Este tipo de trabalho tem como objetivo descrever, registrar, analisar interpretar os dados sem manipulá-los (MARCONI; LAKATOS 2005). A análise foi realizada a partir das informações financeiras, decorridas dos exercícios de 2013 e 2014 da VALEC. A empresa possui o Capital Social integralizado de R\$ 8.274.991.146,77, composto por 8.090.009 ações ordinárias normativas, sem valor nominal, cujo a União é a detentora de todas essas ações.

Além da função social, que já foi apresentada na introdução, a VALEC tem por objeto social, de uma forma resumida, e entre outros: coordenar, executar, controlar, revisar, fiscalizar e administrar obras de infraestrutura ferroviária que lhes forem outorgadas. As competências da VALEC foram ampliadas pelo Decreto nº. 8.129, de 23/10/2013 e, de acordo com as diretrizes do Ministério dos Transportes, compete a empresa: gerenciar a capacidade de transporte do Subsistema Ferroviário Federal, inclusive mediante a comercialização da capacidade operacional de ferrovias, próprias ou de terceiros e fomentar as operações ferroviárias. E a fim de estruturar a empresa para executar suas novas atribuições, o Governo Federal editou o Decreto 8.134, de 28/10/2013, cujo teor estabeleceu, dentre outros pontos, que a VALEC deverá adotar mecanismos de governança semelhantes aos adotados pela BM&FBOVESPA.

Na Nota 2, de suas Notas Explicativas, nos dois anos analisados, a empresa afirma que as demonstrações contábeis se fundamentam de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, assim como as Normas expedidas pelo CFC e os pronunciamentos do CPC. A VALEC ainda declara que essas demonstrações originam-se de fatos contábeis vinculados ao Princípio do Registro pelo Valor Original e os saldos estão disponibilizados em unidade de Real (R\$ 1).

Em nenhum dos documentos analisados, a empresa cita que as suas demonstrações estão em conformidade com as NBCASP ou outro normativo que regule a Contabilidade Pública. Exceto quando a empresa diz que é integrante do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), afirmando, portanto, que esse fato está de acordo com o que dispõe a Lei 4.320/64 e também com a Lei 6.404/76 e suas alterações.

Os dados coletados para a realização do estudo foram, portanto: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração dos Fluxos de Caixa, pertencentes

a dois exercícios, o primeiro compreendido entre 1º de janeiro de 2013 até 31 de dezembro de 2013 e o segundo de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2014. Mesmo não sendo apresentados diretamente, para a análise, foram utilizados outros dados, como: Notas Explicativas e Relatório de administração dos referidos exercícios, e também as do exercício de 2012, usadas por Ribeiro (2014).

Todos esses dados foram coletados por meio do site da VALEC. É importante ressaltar que essas demonstrações foram selecionadas devido a relevância das mesmas, além de serem duas delas demonstrações exigidas tanto pelos normativos da Contabilidade Privada quanto da Pública, e principalmente por ter sido as demonstrações utilizadas por Ribeiro (2014) em sua pesquisa.

Importante dizer que ao realizar a análise a seguinte ordem foi seguida: primeiro foi analisado o Balanço Patrimonial, após a Demonstração do Resultado do Exercício e por fim a Demonstração dos Fluxos de Caixa. Sendo que no Balanço Patrimonial, inicialmente foi analisado o ativo, depois o passivo e patrimônio líquido, separadamente.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise do Balanço Patrimonial

A VALEC disponibiliza todas as suas demonstrações financeiras em um só arquivo, e em outros dois arquivos distintos apresenta o Relatório de administração e as Notas Explicativas. A primeira análise foi feita a partir do Balanço Patrimonial da empresa, que traz o Ativo numa página e o Passivo somado ao Patrimônio Líquido em outra página. Nota-se que tanto o Ativo, como o Passivo, está separado em dois grupos de contas: Circulante e Não Circulante, e o ativo além desta separação é também subdividido em: disponível, direitos realizáveis, realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

O Quadro 3 foi adaptado dos Balanços Patrimoniais originais divulgados pela empresa, que demonstra a situação patrimonial referente aos exercícios de 2013 e 2014.

Quadro 3: Balanço Patrimonial 2013 e 2014.

ATIVO	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO CIRCULANTE	34.465.507	20.131.233	PASSIVO CIRCULANTE	106.034.272	261.681.343
Disponível	25.119.001	15.909.869	Depósito retido sobre fornecedores	48.720.731	7.396.034
Conta Vinculada	25.119.001	15.909.869	Fornecedores	31.682.842	39.148.320
Direitos Realizáveis	9.346.506	4.221.364	Desapropriações a pagar	2.833.830	-
Adiantamentos Concedidos	9.196.184	3.999.905	Provisão p/ 13º e férias c/ encargos	13.248.243	11.770.925
Depósitos de Cauções	143.139	195.248	Salários a pagar	46.835	5.599
Créditos administrativos	-	-	Impostos retidos a recolher	4.724.841	686.100
Faturas a compensar	7.183	26.211	INSS a recolher	2.384.121	2.091.921
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.568.608.089	10.919.992.935	Restituições a pagar	-	589
Realizável a Longo Prazo	48.429.044	39.354.456	Recursos Especiais a Liberar - UFRS	1.810.974	-
Depósitos Judiciais	48.223.342	39.107.219	AFAC a pagar	-	200.000.000
Valores a Receber (Assist. Médica- Geipot)	205.702	247.237	Repasse recebido - Diferido	581.855	581.855
Investimentos	530.050.470	551.594.140	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	6.360.115.071	297.693.717
Participação Societária - MEP	530.024.192	151.567.862	Provisões de Ações Trabalhistas/ Ordinárias	345.507.127	297.498.469
Participação Societária - CUSTO	26.278	26.278	Depósitos de Cauções	143.139	195.248
Adiantamento p/ Fut. Aum. De Capital-AFAC	-	400.000.000	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	6.014.464.805	-
Imobilizado	12.985.646.943	10.323.910.196	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.136.924.253	10.380.749.108
Custo Corrigido	13.462.057.375	10.772.236.804	Capital Social	8.274.991.147	8.341.702.787
(Depreciações Acumuladas)	(476.410.432)	(448.326.608)	Capital Integralizado	8.274.991.147	8.341.702.787
Intangível	4.481.632	5.134.143	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	3.878.957.859
Direito de uso de Comunicação	139.790	139.790	Crédito para aumento de capital	-	3.878.957.859
Software	2.921.250	2.960.556	Prejuízos Acumulados	(1.138.066.894)	(1.839.911.538)
Adiantamento p/ transferência de tecnologia	4.000.000	4.000.000	Do Exercício	(602.726.191)	(407.914.712)
(Amortizações Acumuladas)	(2.579.408)	(1.966.203)	Exercícios Anteriores	(535.340.703)	(1.431.996.826)
TOTAL DO ATIVO	13.603.073.596	10.940.124.168	TOTAL DO PASSIVO	13.603.073.596	10.940.124.168

Fonte: Adaptado de VALEC (2013 e 2014).

Como já dito na metodologia, os dados foram analisados em conformidade com Ribeiro (2014), para que assim fosse possível fazer uma comparação e obter uma maior percepção dos aspectos que mudaram e dos que continuam iguais aos aspectos das demonstrações da VALEC do exercício 2012.

Inicialmente analisando a estrutura da demonstração apresentada pela empresa e no que tange a contabilidade privada visivelmente percebe-se que os Balanços apresentados pela VALEC, atende aos normativos que tratam da apresentação das demonstrações contábeis, que atualmente são a Lei n°. 6.404/76 bem como suas alterações posteriores, e o CPC 26 (2010, p. 19), que diz: “[a] entidade deve apresentar ativos circulantes e não circulantes, e passivos circulantes e não circulantes, como grupos de contas separados no Balanço Patrimonial”.

No que diz respeito à Contabilidade Pública o formato apresentado está de acordo com o novo padrão internacional adotado recentemente pelo Brasil, através das NBCASP, mais especificamente pela NBC T 16.6, que diz:

“12. O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública”.

“14. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade” (NBCs T 16.1 a 16.11, p. 26).

Ao analisar individualmente o Ativo, nota-se que não houve mudança em relação a análise do exercício de 2012. A empresa continua evidenciando as contas que compõe o Ativo nas suas Notas Explicativas, o que é um ponto importante, pois a empresa continua proporcionando qualidades às informações fornecidas, conferindo clareza, comparabilidade e verificabilidade, com isso conseqüentemente aumenta a confiabilidade. Porém é importante ressaltar que, na demonstração referente ao ano de 2014, dentro do circulante a empresa deixa de evidenciar em suas notas explicativas a conta faturas a compensar, o que traz uma pequena diferença em relação à análise de Ribeiro (2014), que mostrou que empresa evidenciou todas as contas do ativo, assim como ocorreu no exercício de 2013. Apesar disso, observa-se que não houve perda da qualidade das suas informações, continuando a possuir os pontos positivos citados acima.

No ativo circulante, a empresa continua a destrinchar a composição da “Conta Vinculada”, que se encontra dentro do subitem disponível, explicando o que é registrado nesta conta, e também ainda seguindo as diretrizes da Contabilidade Pública, bem como do sistema utilizado, o SIAFI. A empresa segue explicando e demonstrando a composição das contas:

“Adiantamentos Concedidos” e “Depósitos de Cauções”, que estão ainda dentro do Ativo Circulante no subitem Diretos realizáveis, encerrando assim o Ativo Circulante.

Passa-se então a evidenciar o Ativo Não Circulante, iniciando pelas contas encontradas no subitem Realizável a Longo Prazo, e depois passa ao subitem Investimentos, onde a VALEC nas Notas Explicativas apresenta um quadro contendo cada participação que possui em outras empresas, evidenciando os tipos de ações, bem como a quantidade e os saldos, tanto do exercício de 2013 quanto o de 2014, em seguida explicando cada informação apresentada no quadro. Estando em conformidade com a NBC T 16.10, que determina que as participações cuja empresa tenha influências significativas devem ser mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial (MPE) e as demais participações podem ser mensuradas de acordo com o custo, bem como de acordo com o que determina o CPC 18, que trata de investimentos em coligadas e controladas, já que no balanço separa as participações societárias em MEP e CUSTO, evidenciando nas Notas Explicativas as informações exigidas. Na análise de Ribeiro 2014, a empresa não apresenta estes subitens.

Após, em um tópico das Notas Explicativas, a empresa apresenta a evidenciação do Imobilizado e Intangível. No que tange o imobilizado é importante ressaltar que Ribeiro (2014), trouxe as exigências do CPC 27, que trata do ativo imobilizado, sobre as informações que devem ser divulgadas para que sejam consideradas adequadas, que são: (a) o critério de mensuração para determinar o valor contábil bruto; os métodos de depreciação utilizados; (b) as vidas úteis ou as taxas de depreciação utilizadas; (c) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período; e (d) a conciliação do valor contábil demonstrando as aquisições, baixas e outras alterações. Além destas exigências a empresa deve se atentar as trazidas pela NBC T 16.9, que se refere à divulgação da depreciação, amortização e da exaustão, que são: (a) o método utilizado, a vida útil econômica e taxa utilizada; (b) o valor contábil bruto e a depreciação, amortização e a exaustão acumuladas no início e no fim do período; e (c) as mudanças nas estimativas em relação a valores residuais, vida útil econômica, método e taxas utilizados.

Percebe-se que ao contrário do exercício 2012, a empresa não atende a todos os requisitos trazidos pelo CPC 27 e pela NBC T 16.9, uma vez que não apresenta em suas Notas Explicativas informações que identifique e explique as vidas úteis dos bens. Fora isso, a empresa está em conformidade com as legislações, pois continua a demonstrar o saldo findo do exercício anterior, bem como as aquisições e alterações ocorrido no período analisado, evidenciando o método de depreciação utilizado e as devidas taxas utilizadas para calcular a depreciação de cada bem.

Passando então a última conta do Ativo, a empresa evidencia o Intangível, e atende todos os requisitos exigidos pelo CPC 04. Comparando com a análise e 2012, observa-se que não houve mudança e a empresa ainda apresenta a evolução da conta do Intangível, trazendo o saldo do exercício anterior, assim como fez com o imobilizado, e as alterações ocorridas no exercício, bem como as taxas utilizadas, abaixo informando a vida útil estimada.

O passivo é apresentado de acordo com a estrutura exigida, e como já dito é segregado em circulante e não circulante. No Passivo Circulante apenas a conta Repasse recebido – Diferido aparece nas Notas Explicativas. Já no Não Circulante todas as contas são apresentadas, percebe-se então que houve uma melhora na evidenciação das informações em comparação ao ano de 2012, o que traz uma maior qualidade nas informações. Entretanto, ainda deixando a desejar, considerando a importância da evidenciação das informações em Notas Explicativas. Por fim a empresa apresenta o Patrimônio Líquido e apresenta nas Notas Explicativas as informações necessárias ao entendimento da composição do mesmo.

Observando o que foi analisado, pode-se dizer que o Balanço Patrimonial apresentado pela VALEC atende os normativos da Contabilidade Privada, no geral, e as exigências da Contabilidade Pública, por se enquadrar às novas NBCASP, no que se refere ao Balanço Patrimonial e suas contas. Porém a VALEC ainda pode melhorar em alguns aspectos, como na divulgação de algumas informações relevantes, por ser uma empresa pública e ter uma obrigação maior em prestar contas à sociedade, já que o dinheiro investido na empresa é do governo.

Com base no que foi apresentado acima, nota-se que em comparação com o trabalho de Ribeiro (2014), a empresa obteve algumas evoluções, mas que, no fim, a análise feita no geral pode ser considerada a mesma, devido principalmente a não divulgação de informações relevantes para uma empresa estatal.

4.2 Análise da Demonstração do Resultado do Exercício

Para a DRE, a análise foi feita a partir da DRE de 2013 e 2014. Abaixo segue o Quadro 4 com essa demonstração, elaborada de acordo com a divulgação original divulgada pela VALEC.

Quadro 4: Demonstração do Resultado do Exercício 2013 e 2014.

	31/12/2014	31/12/2013
RECEITAS		
Arrendamento	-	4.341.166
(-) Deduções de Receita	-	(158.453)
RESULTADO BRUTO	-	4.182.713
DESPESAS OPERACIONAIS	(286.968.677)	(348.189.596)
Pessoal	(162.244.617)	(145.032.694)
Remuneração dos Administradores	(995.084)	(1.247.330)
Depreciação e Amortização	(29.172.184)	(27.668.365)
Gerais e Administrativas	(65.029.840)	(155.341.831)
Diárias, Passagens e Despesas de Locomoção	(7.983.773)	(5.871.390)
Outras Receitas (Serviços Administrativos)	492	4.153
Resultado de Equivalência Patrimonial	(21.543.671)	(13.032.138)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(286.968.677)	(344.006.884)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(522.113.392)	(241.354.351)
Receita Financeira	6.636.783	4.851.610
Despesa Financeira	(528.750.175)	(246.205.961)
PREJUÍZO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL	(809.082.069)	(585.361.235)
SUBVENÇÕES DO TESOIRO NACIONAL	206.355.878	177.446.523
Repasse de Custeio/Pessoal	206.355.878	177.446.523
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS S/LUCRO (IR/CSLL)	(602.726.191)	(407.914.712)
Imposto de Renda	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(602.726.191)	(407.914.712)
Prejuízo por ação (em reais)	-74,50	-50,42

Fonte: Adaptado de VALEC (2013 e 2014).

Em comparação com o trabalho de Ribeiro (2014), nota-se que a empresa continua em ambos os exercícios não divulgando nem na própria DRE e nem nas notas explicativas o nível de arredondamento das contas, conforme exigido pelo CPC 26, que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis.

Em comparação ao trabalho referido, percebe-se ainda que a empresa modificou alguns pontos de apresentação da demonstração em análise. Em 2012 apresentou as despesas

sem o devido sinal negativo, e nos anos em análise essa falha foi corrigida. Foi percebido, porém, que tanto em 2013, quanto em 2014, dentro do grupo de despesas operacionais, a empresa colocou uma conta de receita, denominada “Outras Receitas”.

Outro ponto que se verifica é que ao contrário do ano de 2012, a empresa apresentou a estrutura corrigida, apresentando receita operacional o resultado bruto, resultado antes das receitas e despesas financeiras. Nas Notas Explicativas a empresa evidenciou as variações importantes, o que favorece aos usuários no entendimento dos valores e das demonstrações em si, proporcionando também uma maior confiabilidade e comparabilidade para as informações.

Ainda em suas Notas Explicativas a empresa afirma que o reconhecimento das receitas e despesas é feito pelo regime de competência, portanto, a empresa está em conformidade com as normas, tanto de Contabilidade Pública quanto Privada. Vale ressaltar que a partir desse ano, 2015, devido a convergência às normas internacionais da Contabilidade Pública, ocorreu a mudança de regime misto para o regime de competência, adotada especificamente pela NBC T 16.5, que diz que: “[a]s transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem”.

Em suas Notas Explicativas, a VALEC ressalta que os prejuízos acumulados decorrem basicamente dos efeitos inflacionários da atualização monetária dos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; da constituição de provisões e atualizações monetárias; da depreciação dos bens patrimoniais e amortização dos bens intangíveis, ajustes de exercícios anteriores e; do resultado negativo da equivalência patrimonial. Na DRE de ambos os anos ela apresenta separadamente apenas os valores das contas de depreciação e Amortização e Resultado de Equivalência Patrimonial, portanto, não evidenciando as outras contas das quais decorrem os prejuízos apresentados, assim prejudicando a qualidade da informação.

Outro fator apresentado por Ribeiro (2014) é que não são evidentes os efeitos fiscais, uma vez que a empresa opera com o regime de tributação de Lucro Real, e em decorrência de ter prejuízos não apura Imposto de Renda (IR) e nem Contribuição sobre o Lucro líquido (CSLL), mas que mesmo assim, dever-se-ia apurar e evidenciar na DRE o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFIS). A autora ainda afirma que sequer a empresa apresenta uma conta relativa à despesa com impostos.

Comparando as demonstrações analisadas com os resultados de Ribeiro (2014), observa-se que a VALEC no exercício de 2013 continuou a sequer apresentar contas relativas a despesas com impostos, mas já em 2014 apresentou uma conta relativa aos impostos, mas

não evidenciou PIS e COFINS como deveria, apresentando apenas IR e CSLL, que devido a ter prejuízos, como dito acima, se faz desnecessária.

Por fim, em uma análise geral, conclui-se que a VALEC está adequada apenas as normas que tangem a contabilidade privada, e que, em comparação a análise de Ribeiro (2014), houve melhoria na estrutura da DRE tanto em 2013, quanto em 2014, fazendo com que as mesmas se tornassem mais claras.

Cabe ressaltar que mesmo com a evolução obtida pela empresa, em comparação com o ano de 2012, na estrutura e divulgação da DRE, a VALEC não atendeu a todos os requisitos da Contabilidade Pública, e que por ser uma empresa pública federal, deveria atender e divulgar várias outras informações, como por exemplo, as receitas orçamentárias e os recursos recebidos da União, já que com as informações fornecidas pela empresa não é possível que os usuários acompanhem a execução do que foi previsto.

4.3 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A última demonstração, no que se refere a Contabilidade Privada, é a DFC, apresentada no Quadro 5 de acordo com a demonstração original divulgada pela empresa.

Quadro 5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2013 e 2014.

	31/12/2014	31/12/2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	-602.726.191	-407.914.712
Ajuste de Exercícios Anteriores	2.000.000	-
Ajuste de Créditos Recebidos da União	-206.355.878	-177.446.524
Resultado de Equivalência Patrimonial	21.543.671	13.032.138
Depreciação e Amortização	29.172.184	27.668.365
Resultado na Baixa de Ativos Intangíveis	859	-
Resultado na Baixa de Ativos Imobilizado	378.270	6.098
Aquisição de Bens por doação	-18.730	-
Atualização Monetária	528.750.175	246.205.961
Aumento de Contas a Receber a Curto Prazo	-5.125.142	-16.428
Aumento de Contas a Receber a Longo Prazo	-9.074.588	-11.407.701
Redução (Aumento) de Fornecedores - Desapropriação	-4.631.649	-912.240
Redução (Aumento) de Contas a Pagar e Provisões	-139.110.591	328.006.833
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades operacionais	-385.197.610	17.221.790
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Compras de imobilizado	-2.690.616.820	-2.276.086.510
Aquisição de Intangível	-	-367.281
Aquisição de Investimentos	-	-400.000.000
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de investimentos	-2.690.616.820	-2.676.453.791
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Créditos Recebidos da União - Recursos para Custeio	206.355.878	177.446.524
Créditos Recebidos da União - Recursos para Investimentos (AFAC)	2.879.628.809	2.448.764.591
Devolução para União - Recursos para Investimentos - (AFAC)	-961.125	-
= Disponib. líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos	3.085.023.562	2.626.211.115
Aumento (redução) das disponibilidades	9.209.132	-33.020.886
Disponibilidades no início do exercício	15.909.869	48.930.755
Disponibilidades no final do exercício	25.119.001	15.909.869

Fonte: Adaptado de VALEC (2013 e 2014).

A VALEC continua a apresentar a sua DFC pelo método indireto, assim como em 2012, apresentando primeiro o resultado do período e seguido depois dos ajustes, e ainda evidenciando as movimentações segregadas em atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, assim estando em conformidade com as legislações que tratam da Demonstração referida, que são o CPC 03 e a NBC T 16.6, sendo que esta última traz que:

31. A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto ou indireto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos: (a) das operações; (b) dos investimentos; e (c) dos financiamentos. (NBCs T 16.1 a 16.11, p. 27)

Vale ressaltar que o método utilizado pela empresa, o indireto, está em conformidade com as leis pertinentes, porém o método direto seria uma alternativa interessante, uma vez que esse método facilita ao usuário avaliar a solvência da empresa, já que apresenta todas as movimentações dos recursos financeiros, bem como as origens dos recursos de caixa e onde eles foram aplicados. Importante salientar que Ribeiro (2014), expõe ainda que, através da IPSAS 2, as entidades são incentivadas a apresentarem a DFC pelo método direto, concluindo-se assim que não houve mudanças na apresentação da Demonstração desde de 2012.

Um ponto ressaltado por Ribeiro (2014) trata-se da nomenclatura de algumas contas nas demonstrações em análise e no Balanço Patrimonial, ao analisar a DFC dos exercícios de 2013 e 2014, verifica-se que este problema não foi solucionado, continuando a empresa apresentar nomenclaturas divergentes na DFC e no Balanço Patrimonial de contas que são equivalentes.

Além do exposto, a autora fez uma crítica à conta “ajuste de Créditos Recebidos da União”, e nota-se que pode ser feito a mesma crítica na atual análise, ou seja, a conta, localizada dentro das atividades operacionais na DFC, não é clara quanto ao seu significado e nem quanto a sua composição, e isso faz com as informações percam sua comparabilidade e principalmente confiabilidade.

Por fim a análise feita é que a VALEC de uma forma generalizada atende os critérios adotados pelas normas, no que se refere à DFC, tanto pública como privada, porém não apresenta evolução em nenhum dos exercícios analisados quanto aos aspectos criticados por Ribeiro (2014).

4.4 Demonstrações da Contabilidade Pública

A norma NBC T 16.6 traz as demonstrações necessárias para a Contabilidade Pública: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico. Importante ressaltar que das demonstrações citadas acima a empresa deixa de apresentar quatro, o Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração do Resultado Econômico e a Demonstração das Variações Patrimoniais.

O Balanço Orçamentário tem o objetivo, de uma forma simplificada, de demonstrar o orçamento inicial planejado e as alterações ocorridas no decorrer da execução, afim de que no final possa perceber a execução orçamentária, para ter uma análise de como estão sendo geridos os recursos públicos e evidenciar a integração entre o planejamento e execução. O Balanço Financeiro apresenta o confronto entre as receitas e despesas orçamentárias, bem como as extras-orçamentárias e saldos que serão passados para o exercício seguinte. A Demonstração do Resultado Econômico, de forma resumida, objetiva evidenciar o resultado econômico das ações do setor público. Já a Demonstração das Variações Patrimoniais, indica o resultado patrimonial do exercício evidenciando as variações quantitativas e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Ao observar os conceitos das demonstrações acima, é visível a importância da apresentação das quatro demonstrações pela VALEC, uma vez que ela é uma empresa pública com o capital proveniente de 100% do governo. A Demonstração das Variações Patrimoniais é de grande importância ao perfil da VALEC, pois engloba além das receitas e despesas, os ingressos de receitas governamentais. Conclui-se então que a empresa está em desacordo com as exigências da Contabilidade Pública.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise deste trabalho foi feita a partir das demonstrações contábeis da empresa pública federal, VALEC e teve como objetivo avaliar o atendimento desta empresa quanto aos normativos, em que ela se enquadra, sobre a elaboração e divulgação das informações contábeis. Além disso, fez-se uma comparação dos resultados com os achados de Ribeiro (2014).

Para tanto, utilizaram-se os normativos pertinentes à Contabilidade Privada, quais sejam: os Padrões Internacionais de divulgação das Demonstrações Contábeis, conhecidos como os IFRS, emitidos pelo IASB, além de utilizar as práticas adotadas aqui no Brasil (BR GAAP), assim como as normas expedidas pelo CFC e os pronunciamentos do CPC, e por fim as Leis 6.404/76 e suas alterações. Além destes normativos, o trabalho ainda se baseou nos normativos peculiares a contabilidade pública, que foram basicamente as NBCAPS, especificamente as NBC Ts 16.1 até 16.11, recentemente adotadas no Brasil, não deixando de utilizar também a Lei nº 4.320/64.

Pela análise, é perceptível a ausência de divulgação das demonstrações exigidas pela Contabilidade Pública. Conforme destacado neste trabalho, a VALEC é uma empresa pública, formada 100% por ações pertencentes à União, ou seja, por recursos públicos, por isso além das demonstrações já divulgadas, seria necessário que se divulgasse outras informações, mais precisamente as seguintes demonstrações: Balanço Financeiro, Balanço Orçamentário, Demonstração do Resultado Econômico e a Demonstração da Variação Patrimonial. Isso porque é importante a empresa se atentar para a transparência e prestação de contas com a sociedade, uma vez que é responsável por gestão de parte de recursos do governo federal, alcançando também um dos objetivos da convergência as normas internacionais, que é modernizar os procedimentos para assim, gerar informações uteis para que os cidadãos exerçam o controle social.

Os Balanços Patrimoniais publicados pela VALEC (2013 e 2014) podem ser considerados adequados de modo geral, já que conforme apresentado está de acordo aos normativos pertinentes. Nas Demonstrações do Resultado do Exercício, a VALEC, não atende rigorosamente as orientações do CPC 26, pois apresenta, em ambos os anos analisados, todas as suas contas da DRE arredondadas e não divulga o nível de arredondamento das contas. Por último as DFC seguem as legislações pertinentes em sua estrutura e método de elaboração, podendo destacar aqui que a empresa se utiliza do método indireto que é permitido pelas

normas, porém a utilização do método direto é uma alternativa interessante para a VALEC. Outro ponto em que a empresa falha nesta demonstração, é na omissão de esclarecimento sobre a conta “ajustes de créditos recebidos pela união”.

Em suas Notas Explicativas a empresa diz que suas demonstrações se fundamentam de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, e as práticas adotadas no Brasil – BR GAAP, assim como as Normas expedidas pelo CFC e os pronunciamentos do CPC. Porém, pela análise, conclui-se que a empresa deixa de seguir algumas normas. Esse fato é prejudica a qualidade das informações apresentadas.

Por fim, ao observar a conclusão de cada demonstração analisada, pode-se dizer que a conclusão desta pesquisa se aproxima ao trabalho de Ribeiro (2014), com destaque, entretanto, para alguns aspectos de melhoria na elaboração, divulgação e evidenciação nas demonstrações utilizadas no presente estudo em relação as demonstrações referentes ao exercício de 2012. Concluindo que a empresa ainda não está adequada principalmente aos normativos da Contabilidade Pública, portanto, concluiu-se que mesmo a VALEC sendo uma empresa pública, tem se comportado apenas como sendo uma empresa privada, o que prejudica os seus usuários. Sugere-se que a VALEC, reveja a elaboração de suas demonstrações, para que possa atender todas as normas em que se enquadra, assim elaborando suas demonstrações voltadas para a Contabilidade Privada e para a Pública, cada uma seguindo os normativos pertinentes.

Além do presente objetivo proposto, podem ser feitas pesquisas com enfoques diferentes a partir da análise das informações contábeis da VALEC. Para estudos futuros, sugere-se a avaliação das Notas Explicativas da empresa, considerando que as mesmas são um complemento para as demonstrações contábeis e também pela necessidade de maior detalhamento dos critérios de mensuração, por exemplo, em Notas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Maria Elizabeth Moreira Carvalho; CARVALHO, Nelson Guedes de. Análise de Adoção do Regime de Competência no Setor Público Internacional. Revista FSA, Teresina, V. 10, n. 1, art. 3. p.40-58, jan./mar. 2013.

AUGUSTINHO, Sônia Maria. A Nova Contabilidade Pública Brasileira como Instrumento de Controle Social para a “Governança” do Estado: Um Estudo Sobre a Compreensão da Evidenciação das Demonstrações Contábeis Públicas pelos Líderes Comunitários da Cidade de Curitiba no Ano de 2013. 2013. 127 F. Disponível em: <<http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/726>>. Acesso em: 05 mai 2015.

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964 e suas alterações posteriores. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm>. Acesso em 26 março 2015.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm>. Acesso em 26 março 2015.

CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2010): CPC 03 – Ativo Intangível. Demonstração dos Fluxos de Caixa

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2010): CPC 04 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2012): CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2011): CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. (2009): CPC 27 – Ativo Imobilizado.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. (2012): Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBCs T 16.1 a 16.11.

COSTA, Jorge Andrade; THEÓPHILO Carlos Renato; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade. Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília. v. 15. n. 2. p.110-126. Mai./ago. 2012.

DARÓS, Leandro Luis; PEREIRA, Adriano de Souza. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP: mudanças e desafios para a contabilidade pública In. CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 6, 2009. Anais eletrônicos. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos92009/467.pdf>>. Acesso: 05 mai 2015.

EVANGELISTA, Lúcio. Controle Social Versus Transparência Pública: Uma Questão de Cidadania. Brasília, 2010. 34 F. Disponível em: <http://www.cge.pr.gov.br/arquivos/File/Transparencia_e_Acesso_a_Informacao/controlesocialxtransparencia.PDF>. Acesso em: 09 mai 2015.

FRAGOSO, Adriana Rodrigues. Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e o Desafio da Convergência: Uma Análise Comparativa – IPSAS e NBCTSP. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Brasília, v. 6, n. 4, art. 6, p.434-447, out./dez. 2012.

FREIRE, Mac Daves de Moraes *et al.* Aderência às Normas Internacionais de Contabilidade pelas Empresas Brasileiras. Revista de Contabilidade e Organizações. Ribeirão Preto, SP. v. 6. n. 15. P.3-22, mai./ago. 2012.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga; GUERREIRO, Reinaldo. Diferenciações Entre a Contabilidade Financeira e a Contabilidade Gerencial: Uma Pesquisa Empírica a partir de Pesquisadores de Vários Países. *Revista Contabilidade e Finanças*. São Paulo. v. 18. n. 44. p.9-22, mai./ago. 2007.

IFAC, *International Federation of Accountants*. Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público. IPSAS 1 – 31. Edição 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, *et al.* Manual de Contabilidade Societária. 1ª. ED. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Robinson Gonçalves de. Contabilidade Publica. 3ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MAPURUNGA, Patrícia V. R.; MENESES, Anelise F. de; PETER, Maria da G. A. O Processo de Convergência das Normas Internacionais de Contabilidade: Uma Realidade nos Setores Privado e Público Brasileiros. *Revista Controle*. Ceará, v. IX n. 1 p.87-107, jan./ jun., 2011.

MACÊDO, Francisca Franscivânia Rodrigues Ribeiro; KLANN, Roberto Carlos. Análise das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP): Um Estudo nas Unidades da Federação do Brasil. *Revista Ambiente Contábil – UFRN – Natal-RN*. v. 6. n. 1. p.253-272, jan./jun. 2014.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos da Metodologia Científica. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. Teoria da Contabilidade. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RODRIGUES, Jomar Miranda. Qualidade da Informação Contábil. In: NIYAMA, Jorge Katsumi. Teoria Avançada da Contabilidade. 1ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2014. 183-207.

RIBEIRO, Dayane Feitosa. Análise da Elaboração e Divulgação da Informação Contábil: Um Estudo de Caso em uma Empresa Pública Federal Brasileira. 2014. 36 f. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SILVA, César A.T; RODRIGUES, Fernanda F. Contabilidade Básica. Brasília: UnB, mimeo, 2013.

TESOURO Nacional. Nova Contabilidade e Gestão Fiscal Modernização da Gestão Pública. Cartilha. 2013.

VALEC. Demonstrações financeiras Valec 2012, 2013 e 2014. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/ConhecaDemonstracoesFinanceiras.php>>. Acesso em 07 abr 2015.